

Doutrina

CONDENAÇÃO CRIMINAL E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Alexandre de Moraes

MAS, QUAIS SÃO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS?

Maria Garcia

EXISTE EFETIVAMENTE UMA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA?

Celso Ribeiro Bastos

O CONTROLE DIFUSO DO RESULTADO FINAL DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL

André L. Borges Netto

O IDIOMA COMO UM DIREITO CONSTITUCIONAL

Carlos Gomes de Carvalho

O POLÍTICO, O JURÍDICO E O JUSTO NA CONSTITUIÇÃO

Benedito Hespanha

O NOVO SISTEMA JURISDICIONAL DO MERCOSUL - UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O PROTOCOLO DE OLIVOS

Henrique Choer Moraes

A ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E O DIREITO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Antonio G. Moreira Maués e Patrick Menezes Colares

COMPETÊNCIA PRIVATIVA DOS ESTADOS PARA CONCEDER SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE LINHAS FERROVIÁRIAS DENTRO DO ESTADO - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 21, XI, D, E 25, § 1.º, DA CF

Ives Gandra da Silva Martins

ASPECTOS POLÊMICOS DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO DECORRENTE DE ATOS LEGISLATIVOS

Regina Maria Macedo Nery Ferrari

DIREITO E POLÍTICA INTERNACIONAL. PROBLEMAS SOBRE PESQUISA E OCUPAÇÃO ESPACIAL

José Alexandre A. Hage

A RECEPÇÃO DO INSTITUTO DE EFEITO VINCULANTE PELO DIREITO BRASILEIRO

Antonio Carlos de Almeida Diniz

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dinorá Adelaide Musetti Grotti

AS LEIS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. UMA LEITURA OPERACIONAL DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Vera Cristina Caspari Monteiro Scarpinella Bueno

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Márcio Fernando Elias Rosa

O SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "PRECEITO FUNDAMENTAL" NO ÂMBITO DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL PREVISTA NO ART. 102, § 1.º, DA CF/1988

Helder Martinez Dal Col

PODER EXECUTIVO E INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS

Lucéia Martins Soares

CONTRATOS COM O ESTADO - PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA INTERNACIONAL

Eliane Maria Octaviano Martins e Fernando Passos

A ORGANIZAÇÃO E A AVALIAÇÃO DOS CURSOS E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - CONTEÚDO E IMPLICAÇÕES DO DECRETO 3.860, DE 09.07.2001

Nina Beatriz Stocco Ranieri

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA. Decadência. Art. 18 da Lei 1.533/51. Ato omissivo continuado. Inexistência.

Supremo Tribunal Federal

PACIENTE COM HIV/AIDS. Pessoa destituída de recursos financeiros. Direito à vida e à saúde. Fornecimento gratuito de medicamentos. Dever constitucional do Poder Público (CF, arts. 5.º, caput, e 196).

Supremo Tribunal Federal

MANDADO DE SEGURANÇA. Ato do Presidente da República ao autorizar venda de ações de controle da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Liminar requerida. Informações solicitadas. Ingresso como assistente do BNDES, invocando ilegitimidade do impetrante.

Supremo Tribunal Federal

EXTRADIÇÃO. Prova produzida no juízo estrangeiro. Pretensão de trazer para o STF. Inadmissibilidade. Possibilidade de condenação à prisão perpétua.

Tribunal Regional Federal da 3.ª Região

CONCURSO PÚBLICO. Ação civil pública para nulidade. Fraude. Natureza do interesse objeto da lide. Legitimidade do Ministério Público Federal. Nulidade da sentença. Cerceamento de defesa e conexão. Inocorrência. Efeito suspensivo ao recurso. Ausência de indícios da conivência administrativa.
